

**Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial**

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo 31 de dezembro de 2022 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022 – Saraiva Livreiros S.A – Em Recuperação Judicial – (“Saraiva” ou “Companhia”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A – Em Recuperação Judicial (“Varejo”) com o intuito de fornecer aos seus Acionistas e ao Mercado em Geral informações relevantes sobre a Companhia, encaminha a seguir os Resultados Financeiros referentes ao quarto trimestre de 2022, comparadas aos mesmos períodos do ano anterior exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

## **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

---

A Saraiva encerrou 2022 confirmando sua resiliência em meio a acontecimentos, como o retorno do varejo físico após o controle da pandemia; a aprovação do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial da Saraiva – PRJ e a estabilização da operação de venda de livros. Apesar do cenário econômico adverso, de inflação e juros altos, a operação da Saraiva chegou ao final do 4º trimestre com 33 lojas físicas, com presença marcante em 16 Estados e crescimento de 8,3% nas vendas, mesmo com uma redução de 8,5% em piso de lojas, demonstrando, desta forma, a capacidade de aumento da produtividade por loja e a força de recuperação da Companhia por meio de suas lojas físicas.

Todas essas importantes evoluções foram acompanhadas de perto pela Diretoria da Companhia que demonstrou o resultado de suas ações por meio do aumento das operações de consignação, com o retorno de diversas editoras relevantes para a manutenção dessa modalidade de negócio, reduzindo, assim, a pressão sobre o estoque e caixa. Em paralelo, ao longo do ano de 2022, a Companhia continuou a negociação com os locadores para a efetivar a redução dos custos de aluguel em diversas unidades, buscando adequar o tamanho das lojas mais antigas à nova realidade econômica, ação que resultou em redução de 7,8% no tamanho médio das lojas da Saraiva.

Desde o deferimento do pedido de recuperação judicial, em novembro de 2018, a Saraiva busca estabilizar suas operações e manter a eficiência do seu parque de lojas; proteger o caixa e, com isso, garantir a continuidade de sua operação. A Companhia encerrou o exercício de 2022 com a conclusão da primeira fase de seu e-commerce, totalmente remodelado, e investimento na agenda de eventos em suas lojas físicas e em forte programação cultural para incentivar a literatura, formar novos leitores e gerar mais engajamento com a marca.

Com a aprovação do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, em 7 de março de 2022 e homologação em 19 de abril de 2022, a Companhia efetivou a conversão dos créditos detidos pelos credores, em ações do capital social da Companhia, conforme previsto e aprovado em seu PRJ, gerando uma redução de R\$ 132,4 milhões em sua dívida. Também concretizou a venda das UPI's "Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" ao Fundo Travessia, em pagamento da principal dívida da Companhia, relacionada a empréstimo para capital de giro, resultando uma redução na dívida de R\$ 87,3 milhões, além de um ingresso de caixa de R\$4,1 milhões, que será utilizado para a aceleração do pagamento aos credores trabalhistas. O saldo remanescente será pago aos credores a partir de 2026, conforme fluxo de pagamentos estabelecido no PRJ.

Com o objetivo de reduzir sua dívida pós concursal e, ao mesmo tempo, beneficiar o fluxo de caixa, a Administração negocia ativamente a possibilidade de conversão das dívidas em ações do capital social da Companhia, obtendo êxito até o momento, para a conversão de R\$ 24,5 milhões. O esforço para conversão das dívidas pós concursais em ações vai continuar ao longo do ano de 2023 até que a Companhia encontre a estabilização do caixa.

Com uma governança sólida, gestão eficiente e profissionais qualificados, a Saraiva continua mobilizada para efetivar os ajustes necessários e garantir sua continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional que comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A revisão das demonstrações contábeis realizada pela auditoria externa não identificou deficiências significativas de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios, está empenhada para a realização do Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus stakeholders, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

---

## Impactos Não Recorrentes

---

**4T22:** O trimestre foi impactado positivamente em R\$38,2 milhões (R\$25,7 milhões atribuídos ao resultado da operação descontinuada da Companhia), devido aos seguintes eventos:

- ✓ **Reversão de Provisão de Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** redução com impacto positivo de R\$ 32,2 milhões, sendo:
  - **Tributárias:** redução de R\$ 60,0 milhões, em virtude da mudança na avaliação dos assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda, que passou de provável para possível, para as ações judiciais da Companhia e do Varejo.
  - **Cíveis:** aumento de R\$ 27,1 milhões, em decorrência da mudança na avaliação dos assessores jurídicos do prognóstico de perda, que passou de possível para provável, para ações relacionadas a autos de infração de defesa do consumidor.
  - **Trabalhistas:** aumento de R\$ 0,7 milhões.
  
- ✓ **Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre dívida de longo prazo de credores da Recuperação Judicial e pós-concursais:** impacto positivo no resultado de R\$7,4 milhões em decorrência: i) do ajustamento do ajuste a valor presente – AVP da dívida dos credores da recuperação judicial que exerceram a “Opção B”, para recebimentos dos seus créditos de acordo com o fluxo de pagamentos a longo prazo, previsto no Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ; e ii) da constituição do AVP sobre a dívida de credores pós-concursais, que negociaram o recebimento dos seus créditos a longo prazo com o Varejo.

O cálculo e as alterações no AVP se devem ao reperfilamento da dívida da RJ e levam em conta a permanência da projeção de Selic em percentual mais elevado que a projeção anterior.

- ✓ **Impairment:** impacto negativo no resultado de R\$1,8 milhão por conta da revisão anual das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede.
  
- ✓ **Outros:** impacto negativo no resultado de R\$0,3 milhões em decorrência de ajustes de conciliação entre saldos contábeis e financeiros.

**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:** O ano foi impactado positivamente por R\$191,9 milhões (R\$26,1 milhões atribuídos ao resultado da operação descontinuada da Companhia), devido aos seguintes eventos:

- ✓ **Alienação das UPI's “Loja Shopping Ibirapuera” e “Direitos creditórios”:** o processo competitivo para alienação dos ativos foi concluído com a homologação judicial em 11/07/2022, viabilizando a amortização da dívida com o Banco do Brasil, cedida para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (“Travessia”), adquirente das UPI's. Esta transação gerou um impacto líquido positivo de R\$87,3 milhões no resultado da Companhia., correspondente a quitação do saldo remanescente do empréstimo cedido à Travessia.
  
- ✓ **Deságio sobre a dívida a ser convertida em ações:** impacto positivo no resultado de R\$132,4 milhões correspondente ao deságio de 80% da dívida dos credores que exerceram a Opção A para o recebimento de seus direitos creditórios, por meio da

conversão de seus créditos em ações do capital social da Companhia, prevista no PRJ (conversão de 20% da dívida em ações, com deságio de 80%).

- ✓ **Reversão líquida das Provisões para Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias:** redução no valor líquido, com impacto positivo de R\$37,6 milhões, em decorrência da mudança na avaliação dos assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda, que passou de provável para possível.
- ✓ **Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre dívida de longo prazo de credores da Recuperação Judicial e credores pós-concursais:** impacto negativo no resultado de R\$80,1 milhões em decorrência: i) do ajustamento do ajuste a valor presente – AVP da dívida dos credores da recuperação judicial que exerceram a “Opção B”, para recebimentos dos seus créditos de acordo com o fluxo de pagamentos a longo prazo, previsto no Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ; e ii) da constituição do AVP sobre a dívida de credores pós-concursais, que negociaram o recebimento dos seus créditos a longo prazo com o Varejo.
- ✓ **Impairment:** impacto positivo no resultado de R\$9,2 milhões.
- ✓ **Outros:** impacto positivo no resultado de R\$5,5 milhões em decorrência de descontos concedidos sobre negociações de dívida com fornecedores.

Como forma de tornar a análise da operação da Companhia mais fidedigna, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 4T22, 4T21, 12M22, 12M21, expurgando os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) – IFRS 16 para os arrendamentos mercantis, assim como dos referidos impactos não recorrentes citados acima.

A seguir, apresentamos na tabela a reconciliação dos resultados, expurgando os impactos não recorrentes:

(Em R\$ mil)

Reconciliação - 4T22	4T22 Contábil	IFRS 16 CPC 06	Impactos não Recorrentes	4T22 Ajustado
<b>Receita Bruta</b>	<b>27.498</b>			<b>27.498</b>
<i>Impostos/Deduções</i>	(275)			(275)
<b>Receita Líquida</b>	<b>27.223</b>			<b>27.223</b>
<i>CMV</i>	(14.570)		(1.172)	(15.742)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>12.653</b>			<b>11.481</b>
<i>Margem Bruta (%)</i>	46,5%			42,2%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(20.218)</b>			<b>(24.184)</b>
<i>Despesas Operacionais</i>	(23.239)		(41)	(23.280)
<i>Outras Despesas/Receitas Operacionais</i>	3.021		(3.925)	(904)
<b>EBITDA</b>	<b>(7.565)</b>		<b>(5.139)</b>	<b>(12.704)</b>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	-27,8%			-46,7%
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>3.780</b>			<b>1.207</b>
<i>Depreciação e Amortização</i>	(3.377)	3.368	-	(9)
<i>Resultado Financeiro Líquido</i>	7.157	1.421	(7.361)	1.216
<b>Lucro/Prejuízo antes do IR</b>	<b>(3.785)</b>	<b>4.788</b>	<b>(12.500)</b>	<b>(11.497)</b>
<i>Impostos de Renda e Contribuição Social</i>	0			0
<b>Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária</b>	<b>(3.785)</b>	<b>4.788</b>	<b>(12.500)</b>	<b>(11.497)</b>
<i>Participação Minoritária</i>	0			0
<b>Lucro/Prejuízo Líq Ajustado antes das Op. Descontinuadas</b>	<b>(3.785)</b>	<b>4.788</b>	<b>(12.500)</b>	<b>(11.497)</b>
<i>Res. Líq. das Op. Descontinuadas (Liq. Impostos)</i>	21.952		(25.703)	(3.751)
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>18.167</b>	<b>4.788</b>	<b>(38.202)</b>	<b>(15.247)</b>
<i>Margem Líquida (%)</i>	66,7%			-56,0%

Reconciliação - 2022	2022	IFRS 16 CPC 06	Impactos não Recorrentes	2022 Ajustado
<b>Receita Bruta</b>	<b>86.844</b>			<b>86.844</b>
<i>Impostos/Deduções</i>	(262)			(262)
<b>Receita Líquida</b>	<b>86.582</b>			<b>86.582</b>
<i>CMV</i>	(49.247)		(1.523)	(50.770)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>37.335</b>		<b>(1.523)</b>	<b>35.812</b>
<i>Margem Bruta (%)</i>	43,1%			41,4%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>166.456</b>		<b>(244.679)</b>	<b>(78.223)</b>
<i>Despesas (Receitas) Operacionais</i>	(86.420)		316	(86.104)
<i>Outras Despesas/Receitas Operacionais</i>	252.876		(244.994)	7.882
<b>EBITDA</b>	<b>203.791</b>		<b>(246.202)</b>	<b>(42.411)</b>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	235,4%			-49,0%
<i>Depreciação e Amortização</i>	(14.423)	16.295	-	1.872
<i>Resultado Financeiro Líquido</i>	(92.715)	6.525	80.354	(5.836)
<b>Lucro/Prejuízo antes do IR</b>	<b>96.653</b>	<b>22.820</b>	<b>(165.848)</b>	<b>(46.375)</b>
<i>Impostos de Renda e Contribuição Social</i>				
<b>Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária</b>	<b>96.653</b>			<b>(46.375)</b>
<i>Participação Minoritária</i>	10			10
<b>Lucro/Prejuízo Líq Ajustado antes das Op. Descontinuadas</b>	<b>96.643</b>			<b>(46.385)</b>
<i>Res. Líq. das Op. Descontinuadas (Liq. Impostos)</i>	19.120		(26.133)	(7.013)
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>115.763</b>	<b>22.820</b>	<b>(191.981)</b>	<b>(53.398)</b>
<i>Margem Líquida (%)</i>	133,7%			-61,7%

## DESTAQUES

---

**Capital Social:** em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 28 de setembro de 2022, foram deliberados:

- i) a ratificação da aprovação do Segundo Aditamento ao PRJ;
- ii) o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 30.000.000 (trinta milhões) de ações, assim como o aumento proporcional do limite de ações destinado à outorga de opções de compra;
- iii) o aumento do capital social da Companhia e sua homologação, mediante a capitalização de créditos, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como de outros créditos pós-concursais, em até R\$61.162, sendo o valor mínimo do aumento de R\$35.149, com emissão de ações preferenciais ao preço de emissão de R\$4,53 (Quatro reais e cinquenta e três centavos);
- iv) autorização para a Diretoria tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas na referida AGE.

O aumento de capital aprovado, de acordo com a manifestação dos credores da recuperação judicial pelo exercício da opção A, assim como pelos credores pós concursais, para o recebimento dos créditos por meio da sua conversão em participação no capital social da Companhia até a data de instalação da AGE, foi de R\$35.440, correspondente a 7.823.321 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$4,53.

O capital social da Companhia é de R\$337.416 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado, dividido em 9.635.040 ações, sem valor nominal, sendo 671.819 ações ordinárias e 8.963.221 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração e, mesmo independentemente de reforma estatutária, em até 30.000.000 (trinta milhões) de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, sendo permitida a destinação de até 42.855 (quarenta e duas mil oitocentos e cinquenta e cinco) ações para outorga de opções de compra, nos termos do Estatuto.

# PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado - Ajustado <sup>1</sup>	4T22	4T21	Var (%) T22   T21	3T22	Var (%) T22	12M22	12M21	Var (%) A   A
						Acum. 2022	Acum. 2021	
<b>Receita Bruta Saraiva</b>	<b>27.498</b>	<b>24.052</b>	<b>14,3%</b>	<b>22.782</b>	<b>20,7%</b>	<b>86.843</b>	<b>91.166</b>	<b>-4,7%</b>
Lojas Físicas	27.210	22.516	20,8%	22.042	23,4%	84.048	77.595	8,3%
Saraiva.Com	288	1.536	-81,2%	740	-61,0%	2.795	13.571	-79,4%
<b>Receita Líquida Saraiva</b>	<b>27.224</b>	<b>23.501</b>	<b>15,8%</b>	<b>22.810</b>	<b>19,4%</b>	<b>86.582</b>	<b>88.883</b>	<b>-2,6%</b>
Lojas Físicas	26.938	22.048	22,2%	22.069	22,1%	83.771	75.419	11,1%
Saraiva.Com	286	1.453	-80,3%	740	-61,4%	2.810	13.464	-79,1%
<b>Lucro Bruto Saraiva</b>	<b>12.653</b>	<b>11.665</b>	<b>8,5%</b>	<b>10.347</b>	<b>22,3%</b>	<b>37.335</b>	<b>35.346</b>	<b>5,6%</b>
Margem Bruta	46,5%	49,6%	-3,2 p.p.	45,4%	1,1 p.p.	43,1%	39,8%	3,4 p.p.
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(20.218)</b>	<b>33.382</b>	<b>-161%</b>	<b>83.311</b>	<b>-124%</b>	<b>166.455</b>	<b>(7.477)</b>	<b>2326%</b>
Despesas (despesas) Operacionais	(23.239)	(18.467)	25,8%	(21.633)	7,4%	(86.420)	(81.929)	-5,5%
Outras Despesas/Receitas Operacionais (Efeitos RJ)	3.021	51.849	-94,2%	104.944	-97,1%	252.875	74.452	239,6%
<b>EBITDA</b>	<b>(7.565)</b>	<b>45.047</b>	<b>116,8%</b>	<b>93.658</b>	<b>-108,1%</b>	<b>203.790</b>	<b>27.869</b>	<b>631,2%</b>
Margem EBITDA Recorrente (%)	-27,8%	191,7%	-219,5 p.p.	410,6%	-438,4 p.p.	235,4%	31,4%	204,0 p.p.
Impactos Não Recorrentes/Efeitos IFRS 16 <sup>1</sup> sobre as Desp Operacionais	(5.139)	(54.956)	90,6%	(104.277)	4,9%	(246.202)	(108.044)	-127,9%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>(12.704)</b>	<b>(9.909)</b>	<b>-28,2%</b>	<b>(10.619)</b>	<b>-19,6%</b>	<b>(42.412)</b>	<b>(80.175)</b>	<b>47,1%</b>
Margem EBITDA ajustada (%)	-46,7%	-42,2%	-4,5 p.p.	-46,6%	-0,1 p.p.	-49,0%	-90,2%	41,2 p.p.
Impactos Não Recorrentes/Efeitos IFRS 16 <sup>1</sup> sobre Resultado Financeiro	1.207	(1.786)	167,6%	1.591	75,9%	(3.964)	28.295	114,0%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas</b>	<b>(11.497)</b>	<b>(11.695)</b>	<b>1,7%</b>	<b>(9.028)</b>	<b>-27,3%</b>	<b>(46.376)</b>	<b>(51.879)</b>	<b>10,6%</b>
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) <sup>1</sup>	-42,2%	-49,8%	7,5 p.p.	-39,6%	-2,6 p.p.	-53,6%	-58,4%	4,8 p.p.
Res. Líq das Op. Descont (Liq. Impostos) e Participação Monoritária	(3.751)	403	1031,2%	(417)	-800,2%	(7.023)	(900)	-680,8%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado</b>	<b>(15.247)</b>	<b>(11.292)</b>	<b>-35,0%</b>	<b>(9.445)</b>	<b>161,4%</b>	<b>(53.399)</b>	<b>(52.779)</b>	<b>-1,2%</b>
Margem Líquida Ajustada (%)	-56,0%	-48,0%	-8,0 p.p.	-41,4%	-14,6 p.p.	-61,7%	-59,4%	-2,3 p.p.

**Nota: 1.** Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Crescimento Lojas (Same Store Sales)	37,3%	-26,9%	64,2 p.p.	29,0%	8,3 p.p.	22,0%	-26,1%	48,1 p.p.
Crescimento Saraiva.Com (E-commerce)	-81,2%	-78,3%	-2,9 p.p.	-61,0%	-20,2 p.p.	-79,4%	-75,2%	-4,2 p.p.
Quantidade de Lojas do Período	33	37	-4	32	1	33	37	-4
Área Total de Vendas (m <sup>2</sup> )	18.345	20.044	(1.699)	18.142	203	18.345	20.044	(1.699)

## RECEITA

**4T22:** a receita líquida alcançou R\$ 27,2 milhões, registrando aumento de 15,8% quando comparada com o 4T21.

**2022:** a receita líquida alcançou R\$ 86,5 milhões, registrando uma queda de 2,6% quando comparada com o ano de 2021.

## RECEITA LOJAS FÍSICAS

**4TR22:** a receita líquida de lojas físicas no 4T22 atingiu R\$ 26,9 milhões, o que representa um aumento de 22,2% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. O *Same Store Sales*, ou seja, as vendas das mesmas lojas comparadas entre o 4T22 e 4T21 teve aumento

de 37,3%, o que demonstra sua capacidade de recuperação frente aos desafios enfrentados nos últimos anos.

**2022:** a receita líquida das lojas alcançou R\$ 83,7 milhões, registrando uma recuperação de 11,1% quando comparada com o ano de 2021.

### **RECEITA E-COMMERCE**

**4T22:** a venda líquida do site Saraiva.com foi de R\$0,3 milhões, registrando um declínio de 80,0% em relação ao 4T21.

**2022:** a venda líquida do site Saraiva.com foi de R\$2,8 milhões, registrando uma queda de 79,1% em relação ao 4T21.

A baixa performance de venda do site se deve a problemas estruturais na solução, motivo pelo qual foi totalmente reformulado em outubro de 2022. O e-commerce atua efetivamente como um *marketplace*, oferecendo produtos de lojas parceiras, distribuídos em seções de games, papelaria, presentes e, futuramente, eletrônicos.

### **RESULTADO BRUTO**

**4T22:** o lucro bruto apresentou uma redução de 3,2p.p. na margem bruta, que passou de 49,6% no 4T21 para 46,5% no 4T22. O maior ofensor da margem neste período foi o ajuste da provisão de obsolescência e truncados que representou 3,0% da receita líquida.

**2022:** a margem bruta aumentou de 3,4p.p., passando de 39,8% em 2021 para 43,1% em 2022. A recuperação se deve concentração da venda em livros e papelaria, bem como redução no percentual de descontos oferecidos aos clientes.

### **DESPESAS OPERACIONAIS**

**4T22:** a linha de despesa operacional contábil, totalizou R\$ 23,2 milhões no 4T22, apresentando um aumento de despesa no total de R\$ 53,6 milhões em relação ao 4T21.

**2022:** para o acumulado de 2022, a linha Receita (Despesas) Operacionais contábil foi uma receita de R\$166,5 milhões, variando positivamente R\$173,9 milhões quando comparada com o ano de 2021.

Estas variações decorrem dos impactos do IFRS 16 e eventos relacionados ao PRJ citados nos comentários de eventos não recorrentes.

**RECONCILIAÇÃO DO EBITDA – O EBITDA** é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. A Companhia divulga o EBITDA, conforme faculta a Resolução CVM nº 156 de outubro de 2022.

Com o objetivo de refletir de modo consistente com à formação do resultado das atividades recorrentes da Companhia, o EBITDA também é apresentado ajustado (“EBITDA ajustado”) retirando os efeitos de: resultado por *impairment*; despesas e receitas não recorrentes; resultados originados de provisões para contingências passivas; e efeitos do CPC 06 (R2) - IFRS-16.

O EBITDA ajustado do 4T22 recuou de R\$ 2,8 milhões em relação ao 4T21. Para o acumulado do ano de 2022 em relação a 2021, a melhora foi de 47%.

**Tabela 2. RECONCILIAÇÃO EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)**

EBITDA	4T22	4T21	T/T	3T22	Var (%) 22	Acum. 2022	Acum. 2021	A/A
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado</b>	<b>(15.247)</b>	<b>(11.292)</b>	<b>-35,0%</b>	<b>(9.445)</b>	<b>-61,4%</b>	<b>(53.399)</b>	<b>(52.779)</b>	<b>-1,2%</b>
(+) Resultado Financeiro Líquido	204	4.300	95,2%	(112)	282,3%	12.361	(18.821)	165,7%
(+) Depreciação e Amortização	3.377	4.793	29,5%	3.504	3,6%	14.423	19.195	24,9%
(+) Efeitos IFRS 16	(4.788)	(7.307)	34,5%	(4.983)	3,9%	(22.820)	(28.669)	20,4%
(+) Participação Minoritários	-	3	100,0%	9	100,0%	10	2	-400,0%
(+) Res. Líq. Op. Descontinuadas/Outros	3.751	(406)	1024,4%	408	-820,1%	7.013	898	-681,4%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(12.704)</b>	<b>(9.909)</b>	<b>-28,2%</b>	<b>(10.619)</b>	<b>-19,6%</b>	<b>(42.413)</b>	<b>(80.175)</b>	<b>47,1%</b>
Margem EBITDA ajustado (%)	-46,7%	-42,2%	-4,5 p.p.	-47%	-0,1 p.p.	-49%	-90%	41,2 p.p.
(+) Impairment	(1.835)			(1.240)	-48,0%	9.276	(83.977)	-111,0%
(+) Contingências (Cíveis, Trabalhistas e Tributárias)	6.444	41.965	85%	6.791	5%	11.550	60.312	-81%
Outros impactos	530	12.991	96%	98.727	99%	225.376	131.709	71%
<b>EBITDA Contábil</b>	<b>(7.565)</b>	<b>45.047</b>	<b>117%</b>	<b>93.658</b>	<b>108%</b>	<b>203.789</b>	<b>27.869</b>	<b>-631%</b>
Margem EBITDA contábil (%)	-27,8%	191,7%	-219,5 p.p.	411%	-438,4 p.p.	235%	31%	204,0 p.p.

**CAPITAL DE GIRO\*** – O prazo médio de recebimento foi de 14 dias no 4T22, apresentando um aumento de 3 dias, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu 17 dias, passando de 211 dias no 4T21 para 151 dias no 4T22. Para o cálculo dos dias do ciclo operacional, utilizamos a média dos últimos 12 meses.

**RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA** – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 IFRS 16, foi de R\$ 8,6 milhões positivos no quarto trimestre de 2022, composto principalmente pelo cálculo AVP (ajuste a valor presente) do passivo da Companhia.

**LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO** – O lucro/prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 11,5 milhões negativos no 4T22, indicando melhora de 1,7% em relação ao 4T21. Para o acumulado de 2022, o prejuízo foi de R\$46,4 milhões, apresentando uma recuperação de 10,6% em relação ao acumulado de 2021.

**LIQUIDEZ** – Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo total de caixa disponível, caixa bloqueado e recebíveis de cartão de crédito era de R\$ 5,4 milhões, contra R\$ 8,4 milhões em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir apresenta a evolução da dívida líquida consolidada cuja redução se deve à amortização da dívida com o Banco do Brasil, cedida para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., adquirente das UPI's “Loja Shopping Ibirapuera” e “Direitos creditórios”.

**Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)**

Consolidado - Ajustado¹	4T22	4T21	Var % 4T22/4T21	3T22	Var % 4T22/3T22
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>21.941</b>	<b>178.340</b>	<b>-87,7%</b>	<b>22.596</b>	<b>-2,9%</b>
(-) Caixa e Equivalente de Caixa / Aplicações Financeiras	1.904	8.022	-76,3%	8.210	-76,8%
<b>Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis</b>	<b>20.037</b>	<b>170.318</b>	<b>88,2%</b>	<b>14.386</b>	<b>39,3%</b>
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	3.560	407	774,3%	5.946	-40,1%
<b>Dívida Líquida Após Recebíveis</b>	<b>16.477</b>	<b>169.911</b>	<b>90,3%</b>	<b>8.440</b>	<b>-95,2%</b>

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

**NOSSAS LOJAS** – A Saraiva encerrou o 4T22 com 33 lojas ativas.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

### Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 08 de fevereiro de 2023 decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária.

A Administração baseada na análise de seus assessores jurídicos acerca dos processos judiciais tributários, em que a Saraiva e o Varejo são ou foram partes, não identificou nenhum processo com trânsito em julgado que possa ser impactado pela citada decisão com efeitos sobre as suas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### Assembleia Geral Extraordinária – AGE

Por decisão judicial proferida nos autos do processo da recuperação judicial da Saraiva, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 1 de fevereiro de 2023, foi suspensa a AGE convocada em 10 de janeiro de 2023, para deliberações apresentadas na Proposta da Administração de 26 de janeiro de 2023, entre elas, deliberar sobre o aumento de capital para a conversão de créditos detidos por credores pós-concursais no montante de R\$24.535.

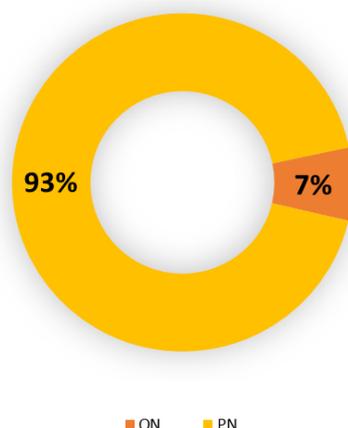
### Encerramento de atividades operacionais de lojas da rede

No primeiro trimestre de 2023, alinhando ao planejamento da Administração voltado à reestruturação da rede de lojas, que prioriza as unidades de maior rentabilidade e encerra as atividades daquelas com baixa perspectiva de geração de valor, foram encerradas em 28 de fevereiro e 20 de março de 2023, respectivamente, as operações das lojas Shopping Aracaju, na cidade de Aracaju (SE), e Shopping Manaíra, na cidade de João Pessoa (PB).

## ESTRUTURA ACIONÁRIA

---

O capital social subscrito e realizado da Saraiva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$317.416 mil em, representado por 9.635.040 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 671.819 são ações ordinárias (ON), e 8.963.221 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 448 ações ordinárias em tesouraria.



## COLABORADORES

---

Finalizamos o ano de 2022 com 463 colaboradores. As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produktividade.

## AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela RSM Brasil Auditores Independentes. <https://www.rsm.global/brazil/pt-br>

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

## ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

---

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

Em atendimento ao inciso VI do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, os diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis, nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis, autorizando sua conclusão e divulgação.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

---

Em atendimento ao inciso V do Artigo 27 da Resolução CVM 80/2022, os Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis, nos termos da lei e do estatuto social, declaram que reviram e discutiram o no relatório dos auditores independentes e concordam com a opinião expressa no referido relatório.

## **AGRADECIMENTOS**

---

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2022, sem o qual, não teria sido possível alcançar os resultados do ano.

São Paulo, 20 de março de 2023.

A Administração

# INFORMAÇÕES TELECONFERÊNCIA

---

A Teleconferência sobre os resultados do 4T22 da Saraiva, conduzida em português, será realizada no dia 29 de março de 2023, às 14:30 (horário de Brasília).

A teleconferência será transmitida ao vivo por meio de *streaming* de áudio.

Para mais detalhes, acesse: [www.saraivari.com.br](http://www.saraivari.com.br)

## TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS

### Horários:

Brasil BRT (Brasília): 14:30 h

Para acompanhar a teleconferência pela Internet, conecte-se pela Plataforma de *Webcast*:

## PLATAFORMA DE WEBCAST

Português: <https://webcastlite.mziq.com/cover.html?webcastId=b621a49f-86d7-4dc8-970c-576f57b38e29>

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Acionistas e Diretores da

**Saraiva Livreiros S.A.– Em Recuperação Judicial**

São Paulo–SP

### **1. ABSTENÇÃO DE OPINIÃO**

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A.– Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A.– Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **2. BASE PARA ABSTENÇÃO DE OPINIÃO**

#### ***(i) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional***

A Companhia apresenta nos seus balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2022, o passivo a descoberto e o capital circulante líquido negativo, individuais e consolidados, nos montantes de R\$347.674 mil e R\$347.707 mil e R\$22.369 mil e R\$116.151 mil, respectivamente.

Como forma de garantir a continuidade operacional, a Administração da Companhia vem empregando esforços, entre outros na negociação de dívidas pós-concursais com fornecedores e locadores, na monetização de créditos tributários (Nota explicativa nº 7), no cumprimento das obrigações previstas no 2º Aditamento do Plano de Recuperação Judicial, cuja dívida foi reduzida com a alienação das UPI's e reperfilada para o pagamento a partir de 2026, conforme notas explicativas nº 1 e nº 30. Em que pese as ações da Administração, a Companhia continua enfrentando dificuldades para a geração de caixa e severas restrições de crédito, por parte de instituições financeiras, seja pela sua condição de recuperanda, seja pela atual conjuntura econômica do País, que afeta o Varejo. Essa situação indica a existência de incertezas relevantes que levantam dúvidas significativas quanto: (i) à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia; e (ii) às bases de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas adotadas pela Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, todos os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia estão classificados e avaliados contabilmente no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios.

A base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o registro adicional e/ou a suficiência das provisões contábeis registradas e o pagamento dos passivos em geral dependem do êxito das ações tomadas pela Administração para captação de recursos financeiros de curto prazo para capital de giro, que são essenciais para assegurar a continuidade operacional da Companhia.

Portanto, considerando esse cenário de incertezas, não nos foi possível concluir se o pressuposto de continuidade e a base para a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **3. OUTROS ASSUNTOS**

#### ***(i) Valor do exercício anterior em 31 de dezembro de 2021***

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós auditadas, que sobre as quais expressamos uma abstenção de opinião, conforme relatório de auditoria datado em 28 de março de 2022, motivados (i) por fato semelhante ao descrito no parágrafo acima, sendo que naquela data o passivo a descoberto foi de R\$498.877 mil e R\$498.920 mil no individual e no consolidado e o capital circulante líquido negativo no consolidado foi de R\$85.240 mil; e (ii) que o 2º Aditamento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) não havia ainda sido homologado pelo Juízo nessa data. Essa homologação pelo Juízo ocorreu posteriormente em 18 de abril de 2022.

**(ii) Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", também não expressamos uma opinião sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo nessa data em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 20 de março de 2023.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes  
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples  
CRC 2SP-030.002/O-7

**SARAIVA LIVREIROS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
EM 22 DE MARÇO DE 2023**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal, em observância ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/1976 (LSA), opinaram favoravelmente, por maioria, as demonstrações financeiras e relatório da administração, bem como ao relatório dos auditores independentes (com abstenção de opinião), relativos ao exercício social findo em 31.12.2022, e se manifestaram favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos, acompanhados da proposta da Administração e documentos relacionados, a serem elaborados pelo Conselho de Administração, à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no próximo dia 28.04.2023.

São Paulo/SP, 22 de março de 2023.

DocuSigned by:  
  
D059D2439ED9400  
**Henrique Hildebrand Garcia**  
(Presidente)

**João Verner Juenemann**

DocuSigned by:  
  
A1FD44DF5CB04F5...  
**Francine Nunes Bruscato Costa**

DocuSigned by:  
  
914653033A8F443...  
**Lauro Arcângelo Zanoni**

DocuSigned by:  
  
CBB453048D144ED...  
**Sérgio Ramires Salzano**

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	7.550	1.904	8.022
Contas a receber de clientes	5	-	-	3.874	710
Estoques	6	-	-	16.601	18.852
Impostos e contribuições a recuperar	7	180	179	3.731	50.083
Adiantamento a fornecedores		186	-	1.581	4.557
Outros créditos		1.601	96	1.822	288
Despesas antecipadas		877	1.089	1.401	1.506
Total do ativo circulante		<u>2.856</u>	<u>8.914</u>	<u>30.914</u>	<u>84.018</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Partes relacionadas	9.a)	58.615	50.490	-	-
Depósitos judiciais	17	8.675	11.564	25.210	27.897
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.578	4.954	6.363	52.266
Outros créditos		-	-	11	1.371
Despesas antecipadas		280	311	821	384
		<u>70.148</u>	<u>67.319</u>	<u>32.405</u>	<u>81.918</u>
Investimentos:					
Propriedades para investimento		-	-	-	127
Outros		23	23	23	23
Imobilizado	11	<u>57</u>	<u>100</u>	<u>44.260</u>	<u>80.569</u>
Total do ativo não circulante		<u>70.228</u>	<u>67.442</u>	<u>76.688</u>	<u>162.637</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>73.084</u>	<u>76.356</u>	<u>107.602</u>	<u>246.655</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	3.362	1.145	54.145	69.280
Empréstimos e arrendamentos	12	-	-	31.650	48.554
Obrigações sociais e trabalhistas	16	197	232	3.488	3.521
Impostos e contribuições a recolher	15	1.651	188	3.896	1.297
Receita diferida - programa de fidelização	13	-	-	430	1.258
Arrendamento mercantil - locação de lojas (parcela variável)	24	-	-	11.785	24.941
Credores por recuperação judicial	30	756	1.092	4.884	16.737
Credores pós concursais	31	32	-	10.800	-
Créditos conversíveis em ações	32	18.854	-	24.510	-
Outras obrigações		<u>373</u>	<u>-</u>	<u>1.477</u>	<u>3.670</u>
Total do passivo circulante		<u>25.225</u>	<u>2.657</u>	<u>147.065</u>	<u>169.258</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e arrendamentos	12	-	-	38.728	213.325
Provisão para perda com investimento em controlada	10	372.872	527.006	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	16.572	42.829	130.448	168.001
Impostos e contribuições a recolher	15	3.430	-	12.229	749
Credores por recuperação judicial	30	1.822	2.741	119.004	191.241
Credores pós concursais	31	-	-	6.100	-
Outras obrigações		<u>837</u>	<u>-</u>	<u>1.735</u>	<u>3.001</u>
Total do passivo não circulante		<u>395.533</u>	<u>572.576</u>	<u>308.244</u>	<u>576.317</u>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>					
Capital social	18.a)	337.416	301.976	337.416	301.976
Ações em tesouraria	18.b)	(233)	(233)	(233)	(233)
Plano de opção de ações		5.329	5.329	5.329	5.329
Bônus de subscrição		41.034	41.034	41.034	41.034
Prejuízos acumulados		<u>(731.220)</u>	<u>(846.983)</u>	<u>(731.220)</u>	<u>(846.983)</u>
Passivo a descoberto atribuído aos controladores		<u>(347.674)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(347.674)</u>	<u>(498.877)</u>
Participação de não controladores	18.e)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>(43)</u>
Total do passivo a descoberto		<u>(347.674)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(347.707)</u>	<u>(498.920)</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<u><u>73.084</u></u>	<u><u>76.356</u></u>	<u><u>107.602</u></u>	<u><u>246.655</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	86.582	88.883
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	20	-	-	(49.247)	(53.537)
LUCRO BRUTO		-	-	37.335	35.346
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	20	-	-	(52.721)	(49.418)
Gerais e administrativas	20	(30.402)	(6.001)	(58.788)	(32.511)
Depreciações e amortizações		(42)	(53)	(14.423)	(19.195)
Equivalência patrimonial	10	119.295	27.868	-	-
Outras despesas operacionais	21	(650)	(322)	(1.864)	(89.521)
Outras receitas operacionais	22	2.588	4.111	279.829	163.973
		<u>90.789</u>	<u>25.603</u>	<u>152.033</u>	<u>(26.672)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>90.789</u>	<u>25.603</u>	<u>189.368</u>	<u>8.674</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	8.972	2.995	14.303	55.033
Despesas financeiras	23	(3.118)	(2.097)	(107.018)	(37.204)
		<u>5.854</u>	<u>898</u>	<u>(92.715)</u>	<u>17.829</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>96.643</u>	<u>26.501</u>	<u>96.653</u>	<u>26.503</u>
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		<u>96.643</u>	<u>26.501</u>	<u>96.653</u>	<u>26.503</u>
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos)		<u>19.120</u>	<u>19.696</u>	<u>19.120</u>	<u>19.696</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>115.763</u>	<u>46.197</u>	<u>115.773</u>	<u>46.199</u>
Atribuível à:					
Participação controladora				<u>115.763</u>	<u>46.197</u>
Participação não controladora	18.e)			<u>10</u>	<u>2</u>
				<u>115.773</u>	<u>46.199</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$					
ON	25			12,02235	25,52012
PN	25			12,01532	25,50534
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$					
ON	25			12,02235	25,52012
PN	25			12,01532	25,50534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício		<u>115.763</u>	<u>46.197</u>	<u>115.773</u>	<u>46.199</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>115.763</u>	<u>46.197</u>	<u>115.773</u>	<u>46.199</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				115.763	46.197
Acionistas não controladores	18.e)			<u>10</u>	<u>2</u>
				<u>115.773</u>	<u>46.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO  
 PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Bônus de subscrição	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da Controladora	Participação não controladora	Total do passivo a descoberto
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		301.976	-	(233)	5.329	41.034	11.279	(904.459)	(545.074)	(45)	(545.119)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	46.197	46.197	2	46.199
Baixa do custo atribuído "deemed cost"	18.e)	-	-	-	-	-	(11.279)	11.279	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>301.976</u>	<u>-</u>	<u>(233)</u>	<u>5.329</u>	<u>41.034</u>	<u>-</u>	<u>(846.983)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(43)</u>	<u>(498.920)</u>
Aumento de capital - AGE realizada em 28 de setembro		35.440	-	-	-	-	-	-	35.440	-	35.440
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	115.763	115.763	10	115.773
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>337.416</u>	<u>-</u>	<u>(233)</u>	<u>5.329</u>	<u>41.034</u>	<u>-</u>	<u>(731.220)</u>	<u>(347.674)</u>	<u>(33)</u>	<u>(347.707)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		96.643	26.501	96.653	26.503
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	11	43	53	15.945	20.974
Perda (reversão) esperada com créditos		-	-	(87)	220
Perda (reversão) na realização de estoques	6	-	-	5.097	722
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e créditos tributários	11	-	-	(9.276)	79.748
Resultado de equivalência patrimonial	10	(119.295)	(27.868)	-	-
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e investimento	11	-	(4.073)	(27)	(4.107)
Encargos financeiros e variação monetária sobre saldos com empresas ligadas, arrendamentos, empréstimos e obrigações fiscais		(5.955)	(2.625)	11.353	(32.641)
Resultado da operação Travessia		-	-	(112.448)	-
Deságio sobre a dívida de credores - PRJ		(2.404)	-	(132.422)	-
Ajuste a valor presente - PRJ		2.183	152	78.856	9.465
Outras provisões operacionais		85	(19.597)	(12.371)	(81.265)
Lucro líquido ajustado		(28.700)	(27.457)	(58.727)	19.619
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(3.077)	6.403
Estoques	6	-	-	(2.846)	26.075
Outros ativos operacionais		2.336	190	60.966	(46.934)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	21.211	(109)	37.917	(35.114)
Pagamento de juros por empréstimos e arrendamentos	12	-	-	-	(796)
Outros passivos operacionais		(214)	(26.493)	(15.765)	(11.027)
Caixa gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	28	-	21.788	-	21.788
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(5.367)	(32.081)	18.468	(19.986)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(645)	(209)
Recebimento por venda do ativo imobilizado	11	-	25.500	44	25.537
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		-	25.500	(601)	25.328
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Operações de empréstimos com a controlada líquidos dos valores liquidados	9.a)	(2.171)	14.010	-	-
Amortização de empréstimos e arrendamentos	12	-	-	(23.985)	(25.923)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.171)	14.010	(23.985)	(25.923)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		(7.538)	7.429	(6.118)	(20.581)
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Saldo inicial	4	7.550	121	8.022	28.603
Saldo final	4	12	7.550	1.904	8.022
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		(7.538)	7.429	(6.118)	(20.581)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SARAIVA LIVREIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Vendas de mercadorias e serviços		-	-	87.671	90.905
Perda com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões		-	-	87	(220)
Outras receitas operacionais		<u>2.588</u>	<u>25.538</u>	<u>279.846</u>	<u>185.403</u>
		2.588	25.538	367.604	276.088
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(49.350)	(53.588)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(28.812)	(5.013)	(90.623)	(59.963)
Outras despesas operacionais		-	(21.427)	9.259	(101.177)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO</b>		<u>(26.224)</u>	<u>(902)</u>	<u>236.890</u>	<u>61.360</u>
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciações e amortizações	11	(42)	(53)	(15.944)	(20.974)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>		<u>19.120</u>	<u>19.696</u>	<u>19.120</u>	<u>19.696</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>		<u>(7.146)</u>	<u>18.741</u>	<u>240.066</u>	<u>60.082</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Equivalência patrimonial	10	119.295	27.868	-	-
Receitas financeiras	23	<u>8.972</u>	<u>2.995</u>	<u>14.303</u>	<u>55.033</u>
		128.267	30.863	14.303	55.033
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u>121.121</u>	<u>49.604</u>	<u>254.369</u>	<u>115.115</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Empregados - pessoal e encargos sociais		1.471	1.145	25.875	26.089
Governo - impostos, taxas e contribuições		783	165	6.511	6.049
Credores financeiros - despesas financeiras, excluindo o IOF		3.104	2.097	105.775	36.260
Locatários - alugueis		-	-	435	518
Acionistas - absorção de prejuízos		115.763	46.197	115.763	46.197
Participação não controladora	18.e)	-	-	10	2
		<u>121.121</u>	<u>49.604</u>	<u>254.369</u>	<u>115.115</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”). O Varejo tem como subsidiária integral a NK 178 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK 178”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 31 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Segundo Aditamento ao PRJ”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado em 19 de abril de 2022. (Nota explicativa nº 30).

A NK 178 é sociedade por ações brasileira de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2022, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pelo Varejo, que detém participação direta de 100% de suas ações ordinárias e, cujo objeto social é o de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior.

A Companhia está mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. O resultado das medidas tomadas, aliadas à homologação judicial do Segundo Aditamento ao PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, relacionados a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional e as alterações na estrutura de Governança Corporativa, sinalizam o potencial de superação das dificuldades. No entanto, mesmo diante do cumprimento das principais obrigações do PRJ e dos esforços incansáveis da Administração para garantir a manutenção das atividades, o Varejo continua enfrentando dificuldades para a geração de caixa, além de severas restrições de crédito, impostas por instituições financeiras, sejam em decorrência da recuperação judicial da Companhia, sejam pela atual conjuntura econômica do País. Contudo, a Administração é otimista acerca do sucesso das ações que estão em curso voltadas à captação de recursos para estruturação do projeto de franquias e de operações financeiras com a negociação de créditos tributários para cobrir necessidades de caixa e assegurar a continuidade das operações e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

### **2.1. *Declaração de conformidade***

As demonstrações contábeis foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2023 e compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

### **2.2. *Declaração de relevância***

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) OCPC 07.

### **2.3. *Base de mensuração***

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### **2.4. *Moeda funcional e de apresentação***

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

### **2.5. *Principais fontes de julgamento e estimativas***

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar efeitos divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8

- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7 e 11
- e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 13
- f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 17
- g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 26

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Companhia e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### ***a) Base de consolidação***

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

##### ***Controlada***

As políticas financeiras, operacionais e contábeis da Controlada são definidas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis da Controlada encerradas na mesma data-base.

##### ***Transações eliminadas na consolidação***

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com a Controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### ***b) Operações descontinuadas***

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

#### ***c) Receitas operacionais***

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 (cinco) etapas, estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado do exercício é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

***d) Transações e saldos em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

***e) Instrumentos financeiros***

***i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento***

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e, somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

***ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração***

***Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

### *Contas a receber de clientes*

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

### ***iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração***

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

### ***f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa***

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### ***g) Estoques de mercadorias para revenda***

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

## ***h) Investimentos***

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora.

## ***i) Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Companhia e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº12).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado do exercício.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos, prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

## ***j) Avaliação do valor recuperável dos ativos***

### ***i. Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Companhia e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado do exercício.

### *Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

## **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A reversão de perdas por desvalorização de um ativo não deve exceder o valor contábil do ativo que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

#### ***k) Empréstimos e arrendamentos***

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

#### ***l) Custos de transações de captação de empréstimos e arrendamentos***

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

#### ***m) Provisões***

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 17.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

***n) Arrendamento mercantil – passivo de arrendamento***

Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 12)

***o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos***

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias da Companhia e do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

***p) Receita diferida – programa de fidelização de clientes***

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

**q) *Benefícios a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

**r) *Remuneração baseada em ações***

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia e do Varejo, quando aplicável é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido.

**s) *Dividendos e juros sobre o capital próprio***

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando efetuados pela Administração da Companhia e que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “Dividendos Adicionais Propostos”.

**t) *Apresentação do lucro líquido por ação***

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33) (Nota explicativa nº 25).

**u) *Receitas financeiras e despesas financeiras***

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

**v) Informação por segmento**

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. O único segmento em operação é o denominado Varejo.

**w) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**x) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC vigentes a partir de 01/01/2023**

- Emenda IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante. Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. Na avaliação da Administração, não há impactos para a Saraiva e para o Varejo;
- Emendas à IAS 1 e Declaração de práticas IFRS 2 – divulgação de políticas contábeis traz alterações que exigem que uma entidade divulgue suas políticas contábeis relevantes. Na administração da Administração, não há impacto, considerando que as demonstrações contábeis da Saraiva apresentam suas políticas relevantes.
- Emenda IAS 8 – Definição de estimativas contábeis. As alterações propostas esclarecem que uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro. Na avaliação da Administração, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis;
- Emenda IAS 12 – Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. No caso da Saraiva, houve o reconhecimento das diferenças temporárias tributárias por ocasião do reconhecimento inicial do arrendamento em 1º de janeiro de 2019 – IFRS 16 – CPC 06(R2), não existindo outros impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Caixa e bancos - conta movimento	12	7.550	436	8.022
Aplicações financeiras - equivalente de caixa (a)	-	-	1.468	-
	<u>12</u>	<u>7.550</u>	<u>1.904</u>	<u>8.022</u>

(a) Aplicações financeiras representadas por certificado de depósito bancário – CDB remunerado pela taxa de 101,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Títulos a receber	429	691
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>3.729</u>	<u>407</u>
	4.158	1.098
Provisão para perdas de créditos esperadas	<u>(284)</u>	<u>(388)</u>
	<u>3.874</u>	<u>710</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 14 dias (11 dias em 31 de dezembro de 2021). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas adquirentes PagSeguro e Cielo.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
A vencer	3.841	407
Vencidos:		
Até 60 dias	33	303
Acima de 180 dias	<u>284</u>	<u>388</u>
	<u>4.158</u>	<u>1.098</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em boa parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. A provisão para perdas esperadas com créditos para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o valor consolidado da provisão para perdas esperadas com créditos no resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Perda efetiva com títulos a receber e cartão de crédito	17	223
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	<u>(104)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(87)</u>	<u>220</u>

## 6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Mercadorias para revenda	28.016	25.170
(-) Provisão para perdas na realização dos estoques	<u>(11.415)</u>	<u>(6.318)</u>
	<u>16.601</u>	<u>18.852</u>

### Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$22.018 (R\$28.039 em 31 de dezembro de 2021). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$7.146. No período entre 1 de janeiro de 2023 e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$669.

### Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas na realização dos estoques nas operações do Varejo é estimada para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$5.097 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	-	1.606	3.805	37.687
Programa de Integração Social - PIS (ii)	-	11	690	7.686
Imposto de Renda Pessoa Juridica - IRPJ	1.639	1.306	1.952	4.039
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	939	2.031	2.887	5.005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	498	47.670
Outros	180	179	262	262
	<u>2.758</u>	<u>5.133</u>	<u>10.094</u>	<u>102.349</u>
Ativo circulante	180	179	3.731	50.083
Ativo não circulante	<u>2.578</u>	<u>4.954</u>	<u>6.363</u>	<u>52.266</u>
	<u>2.758</u>	<u>5.133</u>	<u>10.094</u>	<u>102.349</u>

- (i) Representa o saldo credor de ICMS resultante da apuração do tributo nos estabelecimentos do Varejo. Em maio de 2022 foi realizada a última das seis parcelas deferidas em 17 de março de 2021, relacionadas ao processo administrativo para ressarcimento do crédito acumulado de ICMS por meio do sistema e-CredAc e cuja aprovação dos pedidos de transferência para negociação com empresa interdependente ocorreu em abril e maio de 2022. O montante ressarcido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$47.166 (R\$9.198 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de deságio e comissões de intermediação.
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições sociais PIS e COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$4.495 (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de perda ao valor de realização de R\$143.455 (R\$236.975 em 31 de dezembro de 2021), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados com o valor pago das respectivas contribuições até as datas de encerramento dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

#### Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 para as quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais ao PIS e à COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (“Travessia”) apresentou Proposta Vinculante para aquisição da UPI Direitos Creditórios, representado pelo crédito decorrente das referidas ações judiciais, pelo montante de R\$54.320, nos termos do Segundo Aditivo – PRJ, que determinou a alienação da referida UPI mediante a realização de processo competitivo, concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta oferecida pela Travessia (Nota explicativa nº 30). O montante dos créditos registrados nas demonstrações contábeis foi ajustado ao valor de provável realização de R\$54.320 (R\$40.080 em 31 de dezembro de 2021), líquido de provisão para perda ao valor de realização de R\$81.169 (R\$93.520 em 31 de dezembro de 2021). Em 18 de julho de 2022, a Travessia deu em pagamento pela UPI Direitos Creditórios, quitação de parte do empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 (Nota explicativa nº 12) e R\$4.320, depositados em juízo, nos termos da recuperação judicial, tendo sido levantados pelo Varejo, o montante de R\$4.176 (Nota explicativa nº 30).

## **8. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)**

### a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Companhia e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

O montante consolidado de Prejuízos fiscais de IR e Bases negativas de CSLL em 31 de dezembro de 2022 que poderá ser utilizado para a compensação de bases tributáveis e/ou o pagamento de passivos tributários, nos termos da legislação vigente sobre a utilização de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL é de R\$730.047, correspondente a um crédito fiscal de R\$247.734 (R\$855.407 e R\$290.357 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Companhia e do Varejo foram revertidos por não existirem históricos de lucro tributáveis nessas Companhias, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	96.643	26.501	96.653	26.503
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(32.859)	(9.010)	(32.862)	(9.011)
Adições / Exclusões permanentes - despesas não dedutíveis	(598)	-	(2.022)	15.359
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	40.560	9.475	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(7.103)</u>	<u>(465)</u>	<u>34.884</u>	<u>(6.348)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- NK 178 - empresa controlada pelo Varejo
- Saraiva Gestão Marcas S.A.

As transações com as partes relacionadas compreendem reembolso de despesas e empréstimos de mútuo, com prazo indeterminado e remuneração de juros calculados à taxa equivalente a 110% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Empréstimos de mútuo concedidos para o Varejo:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Saldos no início do exercício	50.490	61.875
Empréstimos concedidos	59.585	23.454
Pagamentos efetuados	(67.926)	(37.465)
Receitas financeiras	<u>5.414</u>	<u>2.626</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>47.563</u></u>	<u><u>50.490</u></u>

Empréstimos de mútuo concedidos para a NK 178:

	<u>31/12/22</u>
Saldo no início do exercício	-
Empréstimos concedidos	11.461
Pagamentos efetuados	(949)
Receitas financeiras	<u>540</u>
Saldo no fim do exercício	<u><u>11.052</u></u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi concedido empréstimo de mútuo montante R\$10 para a Saraiva Gestão de Marcas S.A., empresa de controle compartilhado entre o Varejo e a Saraiva Educação S.A., constituída em 2015 para administrar o uso dos direitos sobre as marcas da Companhia, nos termos do Contrato de Compra e venda (Nota explicativa nº 3 b).

**b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Pró-labore do conselho de administração	1.368	1.080	1.371	1.108
Pró-labore da diretoria	<u>22</u>	<u>18</u>	<u>884</u>	<u>746</u>
Subtotal	1.390	1.098	2.255	1.854
Outras remunerações	<u>326</u>	<u>265</u>	<u>558</u>	<u>463</u>
	<u><u>1.716</u></u>	<u><u>1.363</u></u>	<u><u>2.813</u></u>	<u><u>2.317</u></u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

## 10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA)

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Passivo a descoberto	<u>(372.905)</u>	<u>(527.049)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(372.872)</u>	<u>(527.006)</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Resultado do Varejo	<u>119.305</u>	<u>27.870</u>
Equivalência patrimonial	<u>119.295</u>	<u>27.868</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Participação no resultado do Varejo	119.295	(27.868)
transferida para o passivo não circulante	<u>(119.295)</u>	<u>27.868</u>
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações das demonstrações contábeis consolidadas do Varejo:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ativo total	93.235	220.878
Passivo circulante e não circulante	466.140	747.927
Passivo a descoberto	(372.905)	(527.049)
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Receita operacional líquida	86.582	88.883
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(49.247)</u>	<u>(53.537)</u>
Lucro bruto	37.335	35.346
Despesas operacionais	(81.107)	(75.928)
Depreciações	(14.381)	(19.142)
Outras	<u>276.027</u>	<u>70.663</u>
Resultado operacional	217.874	10.939
Resultado financeiro	<u>(98.569)</u>	<u>16.931</u>
Resultado antes dos impostos	<u>119.305</u>	<u>27.870</u>
Lucro líquido	<u><u>119.305</u></u>	<u><u>27.870</u></u>

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		31/12/22			31/12/21		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.440)	50	2.490	(2.403)	87
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.414)	7	5.421	(5.408)	13
Equipamentos de informática	20	<u>12.347</u>	<u>(12.347)</u>	<u>-</u>	<u>12.387</u>	<u>(12.387)</u>	<u>-</u>
		<u><u>20.937</u></u>	<u><u>(20.880)</u></u>	<u><u>57</u></u>	<u><u>20.977</u></u>	<u><u>(20.877)</u></u>	<u><u>100</u></u>

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/12/22			31/12/21		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.045	(1.044)	1	1.050	(1.049)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	1.359	26.757	(24.169)	2.588
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	1.570	59.678	(55.744)	3.934
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	111	32.835	(32.076)	759
Direito de uso em arrendamento		81.430	(40.211)	41.219	113.333	(40.052)	73.281
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	6	-	6
		<u>191.586</u>	<u>(147.326)</u>	<u>44.260</u>	<u>233.659</u>	<u>(153.090)</u>	<u>80.569</u>

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/21	Adições	Baixas	31/12/22
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	679	-	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	(40)	12.347
Total do custo	<u>20.977</u>	<u>-</u>	<u>(40)</u>	<u>20.937</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>				
Máquinas e equipamentos	(679)	-	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.403)	(37)	-	(2.440)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.408)	(6)	-	(5.414)
Equipamentos de informática	(12.387)	-	40	(12.347)
Total da depreciação	<u>(20.877)</u>	<u>(43)</u>	<u>40</u>	<u>(20.880)</u>
Valor líquido	<u>100</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>57</u>

Consolidado						
	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/22
<b>Custo:</b>						
Máquinas e equipamentos	1.050	-	-	-	(5)	1.045
Móveis, utensílios e instalações	26.757	92	-	-	(611)	26.238
Benfeitorias em imóveis de terceiros	59.678	404	(6.653)	145	(3.130)	50.444
Equipamentos de informática	32.835	10	(350)	-	(66)	32.429
Direito de uso em arrendamento	113.333	11.923	(30.237)	-	(13.589)	81.430
Imobilizado em andamento	6	139	-	(145)	-	-
<b>Total do custo</b>	<u>233.659</u>	<u>12.568</u>	<u>(37.240)</u>	<u>-</u>	<u>(17.401)</u>	<u>191.586</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>						
Máquinas e equipamentos	(1.049)	-	-	-	5	(1.044)
Móveis, utensílios e instalações	(24.169)	(699)	-	-	(11)	(24.879)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(55.744)	(1.618)	6.636	-	1.852	(48.874)
Equipamentos de informática	(32.076)	(589)	350	-	(3)	(32.318)
Direito de uso em arrendamento	(40.052)	(13.039)	11.128	-	1.752	(40.211)
<b>Total da depreciação</b>	<u>(153.090)</u>	<u>(15.945)</u>	<u>18.114</u>	<u>-</u>	<u>3.595</u>	<u>(147.326)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>80.569</u>	<u>(3.377)</u>	<u>(19.126)</u>	<u>-</u>	<u>(13.806)</u>	<u>44.260</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração identificou perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo no montante de R\$13.806 e remensuração do passivo de arrendamento, correspondente a um ajuste no montante de R\$10.731 (Nota explicativa nº 12), resultando uma perda líquida no montante de R\$3.075 (R\$993 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$14.363).

## 12. EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<b>Empréstimos e arrendamentos</b>		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	17.196	171.046
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	48.437	83.542
Arrendamento financeiro	4.745	7.291
	<u>70.378</u>	<u>261.879</u>
<b>Passivo circulante</b>	<b>31.650</b>	<b>48.554</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>38.728</b>	<b>213.325</b>
	<u>70.378</u>	<u>261.879</u>

### Empréstimos e arrendamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Bank Of America	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Mai/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Os empréstimos no montante de R\$162.574 (R\$156.204 em 31 de dezembro de 2021), incluídos na rubrica Empréstimos para capital de giro, foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia.

Em 18 de julho de 2022, conforme Termo de Quitação, na forma do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como das propostas para aquisição das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, homologadas em decisão do Juízo da recuperação Judicial proferida em 11 de julho de 2022, a Travessia outorgou plena quitação do crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, relacionado ao empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Direitos Creditórios e R\$29.348, utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Loja Shopping Ibirapuera, renunciando aos créditos remanescentes no montante de R\$83.226, registrado em Outras receitas operacionais (Nota explicativa N° 22).

### Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Descrição	31/12/21	Adições		AVP	Pagamentos principal e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	31/12/22
		(Baixas)	Encargos				
Empréstimos - capital de giro	171.046	(162.574)	10.000	-	(1.276)	-	17.196
Arrendamento financeiro	7.291	-	395	(1.062)	(1.879)	-	4.745
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	83.542	(7.186)	3.640	-	(20.828)	(10.731)	48.437
	<u>261.879</u>	<u>(169.760)</u>	<u>14.035</u>	<u>(1.062)</u>	<u>(23.983)</u>	<u>(10.731)</u>	<u>70.378</u>

Em 15 de agosto de 2022, nos termos do Instrumento Particular de Cessão de Direitos Sem Coobrigação, foram cedidos os direitos creditórios do Banco Itaú contra o Varejo, no montante de R\$16.640, para o Bank Of América.

### Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

Os contratos de arrendamento mercantil do Varejo são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$13.039 (Nota explicativa nº 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental equivalente a 8,53% a.a. A taxa incremental é revista para os contratos novos, observando operações similares no mercado e a atual condição do Varejo para a captação de recursos financeiros. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$3.640.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/22</u>
Até 1 ano	13.308
De 1 ano a 5 anos	33.419
Mais que 5 anos	<u>14.755</u>
Total	<u><u>61.482</u></u>

### Direito Potencial de PIS e de COFINS

A Companhia possui o direito potencial de PIS e de COFINS a recuperar, embutido na contraprestação dos arrendamentos dos imóveis arrendados. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e de COFINS para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 são apresentados a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a</u> <u>valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	61.482	(48.437)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(5.206)</u>	<u>4.101</u>
	<u><u>56.276</u></u>	<u><u>(44.336)</u></u>

## Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação, denominados fluxo real; e a estimativa dos saldos inflacionados, denominados fluxo inflacionado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/22</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/22</u>
Direito de uso	81.429	Passivo de arrendamento	(36.005)
Depreciação	<u>(40.210)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(12.432)</u>
	<u>41.219</u>		<u>(48.437)</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/22</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/22</u>
Direito de uso	85.297	Passivo de arrendamento	(37.715)
Depreciação	<u>(42.120)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(13.023)</u>
	<u>43.177</u>		<u>(50.738)</u>

### Movimentação dos saldos para o Direito de Uso e para o Passivo de Arrendamento:

#### Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	73.281
Adições / baixas	(7.186)
Amortização	(13.039)
Remensuração do ativo de arrendamento	<u>(11.837)</u>
Saldos em 31/12/22	<u>41.219</u>

### Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	83.542
Juros incorridos	3.640
Pagamentos realizados	(20.828)
Adições / baixas	(7.186)
Remensuração do passivo de arrendamento	<u>(10.731)</u>
Saldos em 31/12/22	<u>48.437</u>

Destacamos ainda, que as informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

### **13. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO**

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2022, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$430 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2021).

### **14. FORNECEDORES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Fornecedor - nacional	3.362	1.145	53.916	69.051
Fornecedor - exterior	-	-	229	229
	<u>3.362</u>	<u>1.145</u>	<u>54.145</u>	<u>69.280</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
A vencer	20.236	16.600
Vencidos:		
Até 60 dias	1.313	1.966
De 61 a 90 dias	228	1.313
De 91 a 180 dias	473	4.006
Acima de 180 dias	<u>31.895</u>	<u>45.395</u>
	<u>54.145</u>	<u>69.280</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi registrada na Controladora, a provisão no montante de R\$25.089, para o pagamento de honorário de êxito sobre a operação de intermediação da alienação das UPI's Direitos Creditórios e Imóvel do Ibirapuera e quitação dos empréstimos para capital de giro cedidos à Travessia (Nota explicativa nº 12), dos quais:

- R\$2.485 foram pagos no segundo semestre de 2022;
- R\$20.089 foram transferidos para a rubrica Créditos conversíveis em ações (Nota explicativa nº32), em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 22/11/2022, por meio do qual, ficou acordado o pagamento do referido honorário, por meio da sua conversão em ações do capital social da Saraiva; e
- R\$2.515 serão pagos a partir de 2023.

Os acordos com fornecedores do Varejo, que resultaram em Termos de Confissão de Dívidas para o pagamento dos direitos creditórios por meio da sua conversão em ações do capital social da Companhia, no montante de R\$5.656, foram transferidos para a rubrica Créditos Conversíveis em Ações (Nota explicativa nº 32).

## 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	52	113
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	129	121	556	428
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	935	43	975	95
Programa de Integração Social - PIS	5	3	6	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	31	21	38	21
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	3	18
Parcelamento débitos previdenciários (a)	1.197	-	3.496	445
Parcelamentos débitos federais - Outros (a)	2.784	-	4.866	-
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	6.131	819
Outros	-	-	2	104
	<u>5.081</u>	<u>188</u>	<u>16.125</u>	<u>2.046</u>
Passivo circulante	1.651	188	3.896	1.297
Passivo não circulante	<u>3.430</u>	-	<u>12.229</u>	<u>749</u>
	<u>5.081</u>	<u>188</u>	<u>16.125</u>	<u>2.046</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos na Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN para o pagamento de débitos previdenciários e outros débitos federais e nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal, Goiás, Sergipe e Rio Grande do Norte, relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.359 (R\$492 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

## 16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/22</u>
Férias	50	3	-	53
Salários a pagar	147	1.390	(1.440)	97
FGTS a recolher	4	-	-	4
INSS a recolher	<u>31</u>	<u>255</u>	<u>(243)</u>	<u>43</u>
	<u>232</u>	<u>1.648</u>	<u>(1.683)</u>	<u>197</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/22</u>
Férias	1.562	1.413	(1.298)	1.677
13º salário	-	1.162	(1.162)	-
Salários a pagar	782	13.971	(14.091)	662
FGTS a recolher	317	1.501	(1.557)	261
INSS a recolher	860	3.921	(3.893)	888
	<u>3.521</u>	<u>21.968</u>	<u>(22.001)</u>	<u>3.488</u>

## 17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia e do Varejo, por meio do trabalho de revisão periódica sobre o andamento dos processos judiciais e administrativos, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos da Companhia e aos do Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$37.553, líquidos de provisões constituídas no montante de R\$20.340 (R\$79.147 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$19.330 na Companhia e R\$59.877 no Varejo), sendo R\$26.257 na Companhia, levados ao resultado da operação descontinuada (Nota explicativa nº28); e R\$11.296 no Varejo, reconhecidos no resultado do exercício. Entre as principais alterações, destaca-se a reversão do montante de R\$44.414, estimados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em virtude da mudança de prognóstico de perda de provável para possível, para as ações judiciais da Companhia e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil e Receita Federal do Brasil – RFB, a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos RFB para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB.

Composição das provisões e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

### Provisões para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

	Controladora		
	<u>31/12/21</u>	<u>Constituição</u> <u>(Reversão)</u>	<u>31/12/22</u>
Contingências tributárias (a)	38.942	(24.179)	14.763
Contingências trabalhistas	2.258	(709)	1.549
Contingências cíveis	1.629	(1.369)	260
	<u>42.829</u>	<u>(26.257)</u>	<u>16.572</u>

	Consolidado		
	Constituição		
	<u>31/12/21</u>	<u>(Reversão)</u>	<u>31/12/22</u>
Contingências tributárias (a)	141.978	(56.244)	85.734
Contingências trabalhistas	9.050	(1.649)	7.401
Contingências cíveis	<u>16.973</u>	<u>20.340</u>	<u>37.313</u>
	<u>168.001</u>	<u>(37.553)</u>	<u>130.448</u>

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2022, inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Provisão no montante de R\$67.449, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS e COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;
- ii. Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e o Varejo, no montante de R\$14.480, envolvendo contribuições previdenciárias; e
- iii. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$3.806.

#### Depósitos Judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/21</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/22</u>
PIS/COFINS (a)	1.018	37	1.055
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.856	(2.925)	931
Processos judiciais trabalhistas	<u>624</u>	<u>(1)</u>	<u>623</u>
	<u>11.564</u>	<u>(2.889)</u>	<u>8.675</u>

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/21</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/22</u>
PIS/COFINS (a)	1.018	37	1.055
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	17.401	(2.608)	14.793
Processos judiciais trabalhistas	<u>3.412</u>	<u>(116)</u>	<u>3.296</u>
	<u>27.897</u>	<u>(2.687)</u>	<u>25.210</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 incluem:

- (a) Ações judiciais impetradas pela Companhia e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, para o PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.
- (b) Inclui o montante de R\$9.364 relativos ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), II (Imposto de Importação) e às contribuições sociais PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições sociais PIS e COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

### Passivos Contingentes

A Administração da Companhia e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível, não provisionadas, por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$560.726, sendo R\$236.882 para a Companhia e R\$323.844 para o Varejo (R\$335.439 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$185.071 e R\$150.368, respectivamente).

Os passivos tributários da Companhia e do Varejo estão relacionados, substancialmente, às discussões no âmbito administrativo com a RFB que tratam da impugnação de decisões que negaram pedidos de restituição e declarações de compensação de créditos tributários de PIS e COFINS para o pagamento de tributos federais instruídos pela Companhia e pelo Varejo, assim como multas isoladas impostas, no montante de R\$273.957 (244.098 em 31 de dezembro de 2021), para os quais há algumas decisões favoráveis no CARF e nos tribunais superiores.

### Julgamento RE nº 1.063.187/SC pelo STF

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o Imposto de renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF concluiu o julgamento do RE nº1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 a abranger os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajuizados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$1.889 (R\$47.059 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021) sobre os créditos a restituir de PIS e de COFINS, originados das ações com trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, excluindo a referida receita da apuração do IR e da CSLL. A Administração da Companhia e sua controlada, avalia com seus assessores jurídicos, os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituíveis.

## Agravo interposto por credor nos autos da recuperação judicial

Em 24/8/2022 em julgamento do Agravo de Instrumento interposto por um dos credores quirografários da recuperação judicial foi proferido Acórdão, concedendo provimento parcial ao referido agravo, determinando que: i) os créditos sejam monetariamente corrigidos mediante adoção da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP; e ii) o prazo de supervisão da recuperação judicial, perdure pelos dois anos completos previstos no art. 61 da Lei 11.101/2005, ante os 180 dias inicialmente fixados na homologação do 2º Aditamento ao PRJ. Por seu turno, a Saraiva interpôs recurso especial em 27/9/2022 contra ambas as alterações impostas pela turma julgadora. O pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial requerido pela Saraiva foi indeferido em 12/10/2022, e, nesse momento, o recurso especial aguarda sua admissão. Caso o Recurso Especial seja desprovido e o acórdão do TJ mantido, com a determinação de atualização monetária pela tabela prática do TJSP, ante o que prevê o PRJ, qual seja, a Taxa Referencial de juros – TR, a diferença estimada dos valores é no montante de R\$ 114.600. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é considerada possível.

## Acórdão do Superior Tribunal de Justiça de SP sobre alienação do Imóvel de Guarulhos

Em março de 2022 foi proferido Acórdão reformando a decisão anterior e anulando o edital de alienação do imóvel de Guarulhos, homologada em 22 de julho de 2021 e agravada por agravo de instrumento interposto por credor da recuperação judicial, para o quê, a Companhia opôs Embargos de Declaração, rejeitados em dezembro de 2022.

A Companhia interpôs recurso especial, buscando demonstrar a violação a dispositivo de lei federal e incluindo pedido de atribuição de efeito suspensivo, Em caso de deferimento do pedido de efeito suspensivo, a Companhia não estaria obrigada a promover um novo processo competitivo até o julgamento definitivo do recurso. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda do recurso é considerada como possível.

Composição dos passivos (Consolidado) com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	31/12/22	31/12/21
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de créditos não homologados e ações judiciais.	428.014	295.683
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	127.064	33.438
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	5.648	6.318
TOTAL		560.726	335.439

## 18. PASSIVO A DESCOBERTO

### a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 28 de setembro de 2022, foram deliberados: i) a ratificação da aprovação do Segundo Aditamento ao PRJ; ii) o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 30.000.000 (trinta milhões) de ações, assim como o aumento proporcional do limite de ações destinado à outorga de opções de compra; iii) o aumento do capital social da Companhia e sua homologação, mediante a capitalização de créditos, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como de outros créditos pós-concursais, em até R\$61.162, sendo o valor mínimo do aumento de R\$35.149, com emissão de ações preferenciais ao preço de emissão de R\$4,53 (Quatro reais e cinquenta e três centavos); e iv) autorização para a Diretoria tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas na referida AGE.

O aumento de capital aprovado, de acordo com a manifestação dos credores da recuperação judicial pelo exercício da opção A, assim como pelos credores pós concursais, para o recebimento dos créditos por meio da sua conversão em participação no capital social da Companhia até a data de instalação da AGE, foi de R\$35.440, correspondente a 7.823.321 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$4,53.

O capital social da Companhia é de R\$337.416 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado, dividido em 9.635.040 ações, sem valor nominal, sendo 671.819 ações ordinárias e 8.963.221 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração e, mesmo independentemente de reforma estatutária, em até 30.000.000 (trinta milhões) de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, sendo permitida a destinação de até 42.855 (quarenta e duas mil oitocentos e cinquenta e cinco) ações para outorga de opções de compra, nos termos do Estatuto.

O Estatuto Social da Companhia atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e sujeitam a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal e membros de Comitês às disposições do Regulamento Nível 2.

As ações preferenciais da Companhia, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

- Direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da Alienação de Controle da Companhia, nos termos do estatuto.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 448 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$3 (R\$6,60 por ação - cotação em 29/12/22).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e arrendamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

e) Participação de não controladores:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Saldos no início do exercício	(43)	(45)
Participação no resultado	<u>10</u>	<u>2</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>(33)</u></u>	<u><u>(43)</u></u>

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	87.805	92.279
(-) Impostos incidentes	(1.089)	(2.022)
(-) Devoluções	(961)	(1.113)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>827</u>	<u>(261)</u>
	<u>86.582</u>	<u>88.883</u>

## 20. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Custo das mercadorias	-	-	(49.247)	(53.537)
Despesa com pessoal e encargos	(332)	(85)	(27.537)	(27.939)
Honorários dos administradores	(1.390)	(1.098)	(2.255)	(1.854)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	(416)	989
Publicações legais	(123)	(224)	(293)	(295)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(8.979)	(7.985)
Despesas legais e judiciais	-	-	(806)	(265)
Energia elétrica	-	-	(1.841)	(2.171)
Fretes e embalagens	-	-	(2.237)	(3.843)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	-	-	(3.392)	(2.837)
Serviços de informática e internet	-	-	(10.015)	(9.377)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(19)	(1.507)
Multas fiscais e legais	(124)	-	(4.901)	(456)
Honorários advocatícios	(1.578)	(401)	(7.041)	(4.592)
Consultoria, assessoria e auditoria	(26.758)	(1.865)	(33.725)	(3.327)
Outros serviços profissionais	-	(3)	(1.361)	(3.914)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(1.401)	(1.207)
Reversão (perda) com créditos de liquidação duvidosa	-	-	87	(220)
Outras	<u>(97)</u>	<u>(2.325)</u>	<u>(5.377)</u>	<u>(11.129)</u>
	<u>(30.402)</u>	<u>(6.001)</u>	<u>(160.756)</u>	<u>(135.466)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(49.247)	(53.537)
Despesas com vendas	-	-	(52.721)	(49.418)
Despesas gerais e administrativas	<u>(30.402)</u>	<u>(6.001)</u>	<u>(58.788)</u>	<u>(32.511)</u>
	<u>(30.402)</u>	<u>(6.001)</u>	<u>(160.756)</u>	<u>(135.466)</u>

## 21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	-	9.276	(79.748)
Baixa de créditos com fornecedores / Clientes	(57)	-	(2.259)	(1.648)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(485)	(120)	(1.504)	(1.716)
Cartão "private label"	-	-	(54)	(51)
Ajustes dos créditos detidos por credores da recuperação judicial	(108)	(84)	(1.090)	(219)
Parcelamento de tributos federais e estaduais	-	-	(6.233)	(1.010)
Deferimento pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado - e-CredAc	-	-	-	(5.012)
Outras despesas operacionais	-	(118)	-	(117)
	<u>(650)</u>	<u>(322)</u>	<u>(1.864)</u>	<u>(89.521)</u>

## 22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Resultado na venda de ativo permanente	20	4.073	47	4.107
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	5.762	12.586
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	-	-	-	70.694
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	11.550	59.910
Acordo com fornecedores para dívidas do exercício anterior	-	-	5.334	-
Despesas recuperadas	165	-	7.420	8.032
Avaliação patrimonial ativos não correntes mantidos para venda (a)	-	-	29.222	-
Constituição de créditos tributários restituíveis	-	-	4.846	5.622
Deságio relacionado à parte da dívida de credores que exerceram a opção A - PRJ (b)	2.404	-	132.422	-
Termo de quitação Travessia Securitizadora - empréstimo para capital de giro (c)	-	-	83.226	-
Outras receitas operacionais	-	38	-	3.022
	<u>2.588</u>	<u>4.111</u>	<u>279.829</u>	<u>163.973</u>

(a) Receita originada da avaliação patrimonial da UPI Imóvel Ibirapuera (Nota explicativa nº 30);

(b) Receita originada pelo deságio calculado sobre o montante da dívida relacionada aos credores que exerceram a opção A para recebimento dos direitos creditórios, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30);

(c) Receita originada pela quitação do montante do empréstimo cedido a Travessia (Nota explicativa nº 12).

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receitas sobre aplicações financeiras	1.297	-	1.491	91
Juros sobre empréstimos a controlada	5.954	2.626	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	5	3
Juros sobre impostos a recuperar	1.713	362	4.667	49.503
Descontos financeiros obtidos	4	-	2.730	5.262
AVP - Credores pós concursais	3	-	4.101	-
AVP - Leasing	-	-	1.062	-
AVP - Credores por recuperação judicial	-	7	-	7
Outros juros e variações ativas	-	-	247	167
	<u>8.972</u>	<u>2.995</u>	<u>14.303</u>	<u>55.033</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(14.035)	(23.203)
AVP - Credores por recuperação judicial (a)	(2.183)	(159)	(78.857)	(9.472)
Outros juros e variações passivas	(130)	(385)	(12.028)	(1.932)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(14)	-	(1.243)	(944)
Outras comissões financeiras	(177)	(217)	(177)	(217)
Outras despesas financeiras	(614)	(1.336)	(678)	(1.436)
	<u>(3.118)</u>	<u>(2.097)</u>	<u>(107.018)</u>	<u>(37.204)</u>
	<u>5.854</u>	<u>898</u>	<u>(92.715)</u>	<u>17.829</u>

(a) Inclui o montante de R\$193.907 relacionado a constituição do AVP conforme o Segundo Aditamento ao PRJ, deduzido do montante de R\$272.763 relacionado a reversão do AVP do Plano Original (Nota explicativa nº 30).

## 24. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, o Varejo possuía 33 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% à 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<b>Arrendamentos mercantis - nota explicativa 20</b>	<b><u>(416)</u></b>	<b><u>989</u></b>

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 no consolidado é de R\$11.785 (R\$24.941 em 31 de dezembro de 2021).

## 25. LUCRO POR AÇÃO

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>31/12/22</u>			<u>31/12/22</u>			<u>31/12/22</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Controladora	8.067	107.696	115.763	6.735	89.908	96.643	1.332	17.788	19.120
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634
Lucro por ação - básico - R\$	12,02235	12,01532		10,03725	10,03077		1,98510	1,98455	
Lucro por ação - diluído - R\$	12,02235	12,01532		10,03725	10,03077		1,98510	1,98455	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	31/12/21			31/12/21			31/12/21		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuído aos acionistas da Controladora	17.124	29.073	46.197	9.823	16.678	26.501	7.301	12.395	19.696
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Lucro por ação - básico - R\$	25,52012	25,50534		14,63949	14,63140		10,88042	10,87393	
Lucro por ação - diluído - R\$	25,52012	25,50534		14,63949	14,63140		10,88042	10,87393	

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Companhia e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Companhia e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 12), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e passivo a descoberto (nota explicativa nº 18).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Empréstimos e arrendamentos, credores por recuperação judicial, credores pós concursais e créditos conversíveis em ações	21.464	3.833	235.676	469.857
(-) Caixa, equivalentes de caixa e empréstimos a receber de mútuo	(58.627)	(58.040)	(1.904)	(8.022)
Dívida líquida	(37.163)	(54.207)	233.772	461.835
Passivo a descoberto	(347.674)	(498.877)	(347.707)	(498.920)
Total	(384.837)	(553.084)	(113.935)	(37.085)

Periodicamente, a Administração da Companhia e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	12	7.550
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>58.615</u>	<u>50.490</u>
	<u>58.627</u>	<u>58.040</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.362	1.145
Credores por recuperação judicial	2.578	3.833
Credores pós concursais	32	-
Créditos conversíveis em ações	<u>18.854</u>	<u>-</u>
	<u>24.826</u>	<u>4.978</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.904	8.022
Contas a receber de clientes	<u>3.874</u>	<u>710</u>
	<u>5.778</u>	<u>8.732</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e arrendamentos	70.378	261.879
Fornecedores	54.145	69.280
Credores por recuperação judicial	123.888	207.978
Credores pós concursais	16.900	-
Arrendamento mercantil - locação de lojas	11.785	24.941
Créditos conversíveis em ações	24.510	-
Outras obrigações	<u>-</u>	<u>1.231</u>
	<u>301.606</u>	<u>565.309</u>

A Administração da Companhia e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e arrendamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 12) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Companhia e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Companhia e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Companhia e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/22</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e arrendamentos Alta do CDI	<u>21.556</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Companhia e o Varejo apresentam a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Companhia e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais em R\$ mil		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -</b>				
Varejo	Baixa do CDI	<u>(3)</u>	<u>(7)</u>	<u>(13)</u>
<b>Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -</b>				
Varejo	Alta do CDI	<u>(125)</u>	<u>(310)</u>	<u>(614)</u>
<b>Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -</b>				
Varejo	Alta do CDI	<u>(187)</u>	<u>(327)</u>	<u>(567)</u>
<b>Resultado líquido</b>		<u><u>(315)</u></u>	<u><u>(644)</u></u>	<u><u>(1.194)</u></u>

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Companhia e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	12	7.550	1.904	8.022
Contas a receber de clientes	-	-	3.874	710
	<u>12</u>	<u>7.550</u>	<u>5.778</u>	<u>8.732</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o consolidado apresenta saldo de provisão para perdas de créditos esperadas, no montante de R\$284 (R\$388 em 31 de dezembro de 2021), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	3.362	-	-	-	3.362
Credores por recuperação judicial	1.032	-	252	7.717	9.001
Credores pós concursais	35	-	-	-	35

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	54.145	-	-	-	54.145
Credores por recuperação judicial	5.330	-	15.326	474.580	495.236
Credores pós concursais	12.149	5.737	3.836	-	21.722
Empréstimos e arrendamentos	33.240	11.048	27.887	14.755	86.930
Arrendamento mercantil - locação de lojas	11.785	-	-	-	11.785

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Companhia e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos:		
Utilizado	17.197	171.046

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/22</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>10.190</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$232 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>		<u>31/12/22</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	12	12	1.904	1.904
Contas a receber de clientes	-	-	3.874	3.874
Partes relacionadas - contrato de mútuo	58.615	58.615	-	-
<b>Passivos mantidos pelo custo amortizado</b>				
Empréstimos e arrendamentos	-	-	70.378	70.378
Fornecedores	3.362	3.362	54.145	54.145
Créditos conversíveis em ações	18.854	18.854	24.510	24.510
Credores por recuperação judicial	2.578	2.578	123.888	123.888
Credores pós concursais	32	32	16.900	16.900
Arrendamento mercantil - locação de lojas	-	-	11.785	11.785

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Companhia e o Varejo divulgam seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.904</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.904</u>

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios da Companhia, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente às operações do Varejo, relacionadas à comercialização de livraria e artigos de papelaria.

## 28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Receitas operacionais	18.788	19.696	18.788	19.696
Receitas financeiras	<u>332</u>	<u>-</u>	<u>332</u>	<u>-</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>19.120</u>	<u>19.696</u>	<u>19.120</u>	<u>19.696</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$19.120 (R\$19.696 em 31 de dezembro de 2021) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

## 29. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Administração da Companhia e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucros cessantes	125.100	34.989
Incêndio - importância máxima	28.469	28.469
Responsabilidade civil geral - importância máxima	500	2.000
Execução fiscal	135.593	137.242
Roubo e furto	2.080	1.105
Riscos gerais	19.480	19.480

## 30. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019.

Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI's Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI's, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenorizava os meios de recuperação, era viável sob o ponto de vista econômico e estava baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado judicialmente em 19 de abril de 2022.

Como medidas para a liquidação do passivo estão previstas:

- i) A reestruturação do passivo;
- ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e
- iii) A alienação de UPI's: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

#### Alienação das UPI's

O processo competitivo para a alienação das UPI's foi concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta da Travessia, que em 7 de março de 2022 já havia apresentado Proposta Vinculante, garantindo, assim, a conclusão do processo competitivo e fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

As alienações foram realizadas pelo valor de R\$83.668, sendo R\$29.348 pela UPI Loja Shopping Ibirapuera e R\$54.320 pela UPI Direitos Creditórios. O montante de R\$79.348, foi pago mediante a utilização de créditos de titularidade da Travessia não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial – Créditos Não Sujeitos, relacionados aos empréstimos para capital de giro cedidos pelo Banco do Brasil; e, o montante de R\$4.320, relacionado a parte do valor da UPI Direitos Creditórios, foi pago à vista, por meio de depósito judicial, cujo levantamento realizado no exercício, foi no montante de R\$4.176, que será destinado, exclusivamente, ao pagamento dos credores trabalhistas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

## Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Aditamento ao PRJ até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. O pagamento de valores superiores a R\$160, serão realizados de acordo com as regras estabelecidas para os demais credores quirografários que exerceram a opção pelo recebimento de seus créditos de forma parcelada (Opção B do PRJ). Haverá aceleração dos pagamentos, nos termos do PRJ, mediante utilização do resgate do depósito judicial originado da alienação da UPI Direitos Creditórios. Os pagamentos aos credores trabalhistas, foram iniciados a partir de julho de 2022.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 para cada um dos credores, iniciados a partir de julho de 2022; e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2026 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a..

Em 26 de julho de 2022, expirou o prazo para o exercício das opções. Exerceram a opção A credores cujo montante de créditos corresponde a R\$165.528, dos quais R\$33.106 foram convertidos em ações do capital social da Companhia, de acordo com o aumento de capital homologado em AGE de 28/9/2022 (Nota explicativa nº 18) e R\$132.422 baixados como deságio, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

Os impactos no resultado consolidado do exercício resultantes da homologação do Segundo Aditamento ao PRJ são:

<u>Efeito no resultado</u>	<u>Consolidado</u>
Reversão do ajuste a valor presente - AVP calculado no Plano Original	(272.763)
Constituição AVP relacionado aos credores que exerceram a opção B	193.907
Deságio (80%) relacionado aos credores que exerceram a opção A	132.422
Apropriação juros / Atualização monetária no período	(5.352)
	<u>48.214</u>

O Ajuste a valor presente foi calculado considerando os encargos de atualização monetária e juros, assim como o fluxo de pagamentos previsto no Segundo Aditamento ao PRJ, com utilização da Taxa Selic como taxa incremental.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante da dívida consolidada, está composto como segue:

<u>Classes</u>	<u>Não</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	
Classe I Trabalhistas	4.884	4.181	9.064
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	-	114.823	114.823
Total	<u>4.884</u>	<u>119.004</u>	<u>123.888</u>

### Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

	<u>31/12/21</u>	<u>AVP</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Deságio</u>	<u>Conversão em ações</u>	<u>Juros e v. monet. incorridos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/22</u>
Dívida	480.741	-	(4.790)	(132.422)	(33.106)	5.352	2.019	317.794
Ajuste a valor presente	<u>(272.763)</u>	<u>78.857</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(193.906)</u>
	<u>207.978</u>	<u>78.857</u>	<u>(4.790)</u>	<u>(132.422)</u>	<u>(33.106)</u>	<u>5.352</u>	<u>2.019</u>	<u>123.888</u>

A íntegra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

### **31. CREDORES PÓS CONCURSAIS**

A Administração concluiu a renegociação de dívidas incorridas após a Recuperação Judicial (“Pós concursal”) com grande parte de seus fornecedores e locadores, por meio de parcelamentos a longo prazo, sem juros e, em alguns casos, com a conversão dos direitos creditórios em ações do capital social da Companhia, sem deságio, assegurando uma condição favorável ao fluxo de caixa (Nota explicativa nº 32).

Em AGE de 28/9/2022, por meio do aumento de capital, o montante de R\$2.334 foi convertido em ações do capital social da Companhia, conforme opção exercida pelos respectivos credores.

### Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

	<u>31/12/21</u>	<u>Acordos firmados</u>	<u>AVP</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Conversão em ações</u>	<u>Créditos conversíveis em ações</u>	<u>31/12/22</u>
Dívida	-	34.906	-	(5.913)	(2.334)	(5.656)	21.003
Ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.103)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.103)</u>
	<u>-</u>	<u>34.906</u>	<u>(4.103)</u>	<u>(5.913)</u>	<u>(2.334)</u>	<u>(5.656)</u>	<u>16.900</u>

### **32. CRÉDITOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES**

Representados por dívidas de credores da Companhia e do Varejo, no montante de R\$24.510, sendo R\$18.854 (líquido de tributos retidos no montante de R\$1.235) transferidos da rubrica de Fornecedores (Nota explicativa nº 14) e R\$5.656, transferidos da rubrica Credores Pós concursais, que optaram pela liquidação de seus direitos creditórios por meio da sua conversão em ações do capital social da Companhia, que deverá ocorrer em AGE nos termos da proposta da Administração arquivada na CVM em 26/01/2023.

### **33. EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### **Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 08 de fevereiro de 2023 decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária.

A Administração baseada na análise de seus assessores jurídicos acerca dos processos judiciais tributários, em que a Saraiva e o Varejo são ou foram partes, não identificou nenhum processo com trânsito em julgado que possa ser impactado pela citada decisão com efeitos sobre as suas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **Assembleia Geral Extraordinária – AGE**

Por decisão judicial proferida nos autos do processo da recuperação judicial da Saraiva, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 1 de fevereiro de 2023, foi suspensa a AGE convocada em 10 de janeiro de 2023, para deliberações apresentadas na Proposta da Administração de 26 de janeiro de 2023, entre elas, deliberar sobre o aumento de capital para a conversão de créditos detidos por credores pós-concursais no montante de R\$24.535.

#### **Encerramento de atividades operacionais de lojas da rede**

No primeiro trimestre de 2023, alinhando ao planejamento da Administração voltado à reestruturação da rede de lojas, que prioriza as unidades de maior rentabilidade e encerra as atividades daquelas com baixa perspectiva de geração de valor, foram encerradas em 28 de fevereiro e 20 de março de 2023, respectivamente, as operações das lojas Shopping Aracaju, na cidade de Aracaju (SE), e Shopping Manaíra, na cidade de João Pessoa (PB).